

01/08/2014

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO CAUTELAR 3.616 BAHIA

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA
ADV.(A/S)	: FABRÍCIO BASTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA. INSCRIÇÃO DE MUNICÍPIO NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – SIAFI E NO CADASTRO ÚNICO DE CONVÊNIOS – CAUC. ALEGADO CONFLITO FEDERATIVO: ART. 102, INC. I, ALÍNEA F, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, CAUSA A SER INSTAURADA ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental**, nos termos do voto da Relatora. Ausentes, justificadamente, os Ministros Luiz Fux e Roberto Barroso.

Brasília, 1º de agosto de 2014.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

01/08/2014

PLENÁRIO

**AG.REG. NA AÇÃO CAUTELAR 3.616 BAHIA**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FABRÍCIO BASTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Em 14.4.2014, neguei seguimento à ação cautelar preparatória ajuizada pelo Município de Várzea da Roça/BA, com base no art. 102, inc. I, al. f, da Constituição da República, contra a União com o objetivo de suspender o registro de inadimplente do ente municipal do Sistema Integrado da Administração Financeira – Siafi e do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – Cauc.

A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

*“3. A ação cautelar preparatória objetiva garantir a efetividade da prestação jurisdicional objeto de futura ação e estabelece com ela vínculo de acessoriedade.*

*A atuação deste Supremo Tribunal na ação cautelar preparatória é medida excepcional, que somente se justifica se houver: a) plausibilidade da fundamentação a tornar viável a ação principal; e b) demonstração pela parte de que a manutenção dos efeitos do ato impugnado causará danos irreparáveis ou de difícil reparação ao alegado direito do Autor.*

*4. Na espécie, não se demonstra a competência deste Supremo Tribunal para processar e julgar, originariamente, a causa a ser instaurada entre o Município de Várzea da Roça/BA e a União.*

*(...)*

*Pela ação cautelar preparatória não há como juízo não*

**AC 3616 AGR / BA**

*competente para a causa principal possa suspender efeitos da inscrição do Município nos cadastros de inadimplentes da União.*

*5. Pelo exposto, nego seguimento a esta ação cautelar (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), ficando prejudicada, por óbvio, a medida liminar” (doc. 12, grifos nossos).*

2. Publicada essa decisão em 22.4.2014, interpõe o Município de Várzea da Roça/BA, ora Agravante, tempestivamente, agravo regimental (doc. 14).

3. Alega o Agravante ser *“evidente a violação ao pacto federativo, impondo-se sanção inconstitucional a Município e seus cidadãos a partir de critérios desarrazoados e desproporcionais estabelecidos unilateralmente pela União. Em que pese todos os esforços da gestão atual em manter a regularidade dos pagamentos de débitos atuais e também de sanar débitos de ex-alcaide, a União arbitrariamente lhe tem podado inestimável fonte de renda, a qual alenta a sofrida população inserida em região cujas secas prolongadas fazem parte do cotidiano”* (fl. 7, doc. 14).

Salienta não haver *“como não se questionar o motivo de deferimento de tratamento divergente em situações exatamente iguais, em clara afronta ao princípio da isonomia. Em uma decisão é reconhecida a existência de conflito federativo (AC 3363). Em outra, que envolve o mesmo pedido e causa de pedir, tal conflito não é observado (AC 3616)”* (fl. 7, doc. 14).

Sustenta que, *“ao deixar de elencar o Município no art. 102, I, ‘f’, da CRF/88, não exonera a isonomia no tratamento que deve ser dispensada a todos os entes que compõem a República Federativa do Brasil (...) o dever de tratamento isonômico possibilita que os Municípios possam se utilizar dos meios garantidos aos demais entes federados com o fito de levar ao mais alto baluarte da justiça brasileira questões de notória relevância decorrentes de postura desarrazoada e desproporcional adotada pela União, os quais descambam em notório conflito federativo, que provocam graves lesões a um outro ente federado”* (fl. 8, doc. 14).

**AC 3616 AGR / BA**

Assevera que “esse é o entendimento perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal e pela Excelentíssima Ministra Cármen Lúcia, consoante se observou em decisão monocrática proferida na AC 3363” (fl. 8, doc. 14).

Requer:

*“seja reconsiderada a decisão que negou seguimento à Ação Cautelar Preparatória ajuizada pelo Município de Várzea da Roça/BA em desfavor da União, ou, caso assim não proceda, requer seja encaminhado o presente agravo regimental ao plenário do STF, dando pela sua admissão e conhecimento, ao fim de ser dado provimento e reforma a r. decisão agravada, ordenando a prosseguimento Ação Cautelar Preparatória n. 3616, na forma legal, deferindo-se de imediato o pleito liminar em função da urgência que transborda na referida ação. Requer ainda que seja processado incidente de uniformização de jurisprudência nos termos do art. 476 ao art. 479 do Código de Processo Civil em respeito ao princípio da eventualidade e da fungibilidade, caso não se acolha o presente agravo regimental, requer que o mesmo seja convertido em embargos de declaração, por conta das contradições existentes no decisum vergastado, notadamente no que tange ao argumento utilizado para negar seguimento à AC 3616, ou, alternativamente, que seja convertido em incidente de uniformização de jurisprudência” (fls. 14-15, doc. 14).*

É o relatório.

01/08/2014

PLENÁRIO

AG.REG. NA AÇÃO CAUTELAR 3.616 BAHIA

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

2. Inexiste tratamento diferenciado deste Supremo Tribunal ao Município de Irapuru/SP, Autor da Ação Cautelar n. 3.363, e o Município de Várzea da Roça/BA, Autor desta Ação Cautelar n. 3.616.

Na Ação Cautelar n. 3.363, deferi a medida liminar, *ad referendum* do Colegiado. Contudo, antes do *referendum* julguei extinta essa ação e cassei a liminar.

Assim, não se assentou a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, causa instaurada entre o Município e a União.

3. Como afirmado na decisão agravada, a ação cautelar preparatória objetiva garantir a efetividade da prestação jurisdicional objeto de futura ação e estabelece com ela vínculo de acessoriedade.

A atuação deste Supremo Tribunal na ação cautelar preparatória é medida excepcional, a qual somente se justifica se houver: *a)* plausibilidade da fundamentação a tornar viável a ação principal; e *b)* demonstração pela parte de que a manutenção dos efeitos do ato impugnado causará danos irreparáveis ou de difícil reparação ao alegado direito do Autor.

4. Na espécie, não se demonstra a competência deste Supremo Tribunal para processar e julgar, originariamente, a causa a ser instaurada

**AC 3616 AgR / BA**

entre o Município de Várzea da Roça/BA e a União. Assim, por exemplo:

*“O Supremo Tribunal Federal, em face da regra de direito estrito consubstanciada no art. 102, I, da Constituição da República (RTJ 171/101-102), não dispõe, por ausência de previsão normativa, de competência para processar e julgar, em sede originária, causas instauradas entre Municípios, de um lado, e a União, autarquias federais e/ou empresas públicas federais, de outro. Em tal hipótese, a competência para apreciar esse litígio pertence à Justiça Federal de primeira instância. Precedentes” (ACO 1.364-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, Plenário, DJe 6.8.2010, grifos nossos).*

*“Não compete a esta Corte, em sede originária, processar e julgar causas que antagonizem empresa pública federal a município. A literalidade do art. 102, I, ‘f’, da Constituição não indica os municípios no rol de entes federativos aptos a desencadear o exercício da jurisdição originária deste Tribunal. 2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, ‘[a] aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, f, da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação’ (ACO 1.048-QO, Relator o Ministro Celso de Mello, Plenário, DJ de 31/10/07). Contudo, esse entendimento não tem o efeito de ampliar a competência definida no art. 102, I, ‘f’, da Carta Magna, às causas envolvendo municípios. 3. Diferença entre conflito entre entes federados e conflito federativo: enquanto no primeiro, pelo prisma subjetivo, observa-se a litigância judicial promovida pelos membros da Federação, no segundo, para além da participação desses na lide, a conflituosidade da causa importa em potencial desestabilização do próprio pacto federativo. Há, portanto, distinção de magnitude nas hipóteses aventadas, sendo que o legislador constitucional restringiu a atuação da Corte à última delas, nos moldes fixados no Texto Magno, e não incluiu os litígios e as causas envolvendo municípios como ensejadores de conflito federativo apto a exigir a competência originária da Corte. Precedente. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (ACO 1.295-AgR-segundo,*

**AC 3616 AgR / BA**

Relator o Ministro Dias Toffoli, Plenário, DJe 2.12.2010, grifos nossos).

*“COMPETÊNCIA – CONFLITO FEDERATIVO – ALCANCE DA ALÍNEA ‘F’ DO INCISO I DO ARTIGO 102 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. A competência prevista na alínea ‘f’ do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal envolve causas e conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta, não alcançando relação jurídica subjetiva processual a revelar como parte Município” (ACO 1.342-AgR, Relator o Ministro Marco Aurélio, Plenário, DJe 15.2.2011).*

Pela ação cautelar preparatória não há como juízo não competente para a causa principal suspender efeitos da inscrição do Município nos cadastros de inadimplentes da União.

5. Os argumentos do Agravante são insuficientes para modificar a decisão agravada, embasada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

6. Pelo exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA AÇÃO CAUTELAR 3.616**

PROCED. : BAHIA

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA

ADV.(A/S) : FABRÍCIO BASTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Ausentes, justificadamente, os Ministros Luiz Fux e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 01.08.2014.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber e Teori Zavascki.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte  
Assessora-Chefe do Plenário